



PARECER/2023-PROGEM.

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO- SEMAD

REFERÊNCIA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35.519/2023-PMM – PREGÃO(SRP) Nº 124/2023-CPL/PMM.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, FILTROS ADITIVOS E GRAXA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Cuida-se de análise do Processo Licitatório nº 35.519/2023-PMM – PREGÃO(SRP) Nº 124/2023-CPL/PMM, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de óleos lubrificantes, filtros aditivos e graxa, para atender as necessidades oficina da Secretaria Municipal de Agricultura.

Acompanhou o feito o Ofício nº 982/2023-CPL/PMM; Memorando nº 592/2023 – SEAGRI; Declaração de Adequação Orçamentária; Termo de Compromisso e Responsabilidade; Autorização; Justificativa para Aquisição; Justificativa para SRP; Justificativa para Adoção da Modalidade Pregão Presencial; Justificativa-Consonância com Planejamento Estratégico; Justificativa para o agrupamento em lote; Planilha de quantidades e preço médio; Relatórios de cotação de preços; Termo de Referência; Portaria nº 011/2017-GP; Portaria nº 013/2017-GP; Lei nº 17.767, de março de 2017; Lei Municipal nº 17.761, de 20 de janeiro de 2017; Extrato da dotação orçamentária; Parecer Orçamentário nº 918/2023/SEPLAN; Relatório de Comprovante de Encaminhamento; Portaria nº 1008/2023-GP; Despacho CPL; Certidão CPL; Minuta do edital, contrato e anexos.

É o relatório. Passo ao parecer.

Preliminarmente, convém consignar que a presente análise jurídica não adentra nas questões de natureza eminentemente técnico-administrativa, tampouco à conveniência e oportunidade dos atos praticados pela Administração Pública Municipal.

Ultrapassada essa preliminar, sabe-se que o Sistema de Registro de Preço é um procedimento, previsto na Lei nº 8.666/93, que viabiliza diversas contratações de compras, esporádicas ou sucessivas, sem



a necessidade de realizar um novo processo licitatório para cada aquisição, reduzindo assim, os processos de licitação e claro, também otimizando tempo e investimentos

A contratação foi autorizada pelo Senhor Secretário Municipal de Administração, em decorrência da autonomia administrativa e financeira conferida pela Lei Municipal nº 17.761, de 20 de janeiro de 2017 e Lei nº 17.767, de março de 2017, ambas já anexas ao feito.

A administração indica que os recursos necessários para custear a despesa são originários do ERÁRIO MUNICIPAL. A rubrica e o elemento de despesa se encontram no Parecer Orçamentário nº 918/2023/SEPLAN.

O artigo 37, XXI, da *Constituição Federal*, estabelece como regra, a realização de processo licitatório prévio para a contratação de particulares pela Administração Pública, matéria disciplinada pela Lei nº 8.666/93.

A modalidade de Licitação denominada "Pregão" está devidamente disciplinada na Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal de nº 16/2020, ao que o presente processo está perfeitamente adequado, contudo, a opção pela modalidade presencial deve estar devidamente justificada, em razão de sua excepcionalidade.

A minuta do edital e anexos descrevem o objeto, a forma de abertura do procedimento e o critério de julgamento (MENOR PREÇO POR LOTE); as condições de participação na licitação; o momento cabível para a impugnação e pedidos de esclarecimentos por parte dos licitantes; a apresentação da proposta; os documentos necessários à habilitação (jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica); o recebimento das propostas e apresentações de lances e julgamento; descreve os recursos, os prazos, as condições, local de execução dos serviços; a origem dos recursos; vigência nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93; e as penalidades cabíveis; tudo conforme enumerado no art. 40 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

A minuta do contrato elenca desde o objeto até a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, tudo em conformidade com art. 55 da Lei de Licitações.

Quanto a minuta da ata de registro de preços contém o prazo de validade; informa que não há obrigatoriedade, por parte da Administração, em contratar; registra que após celebrado o contrato, não caberá à contratada desistência do fornecimento do objeto contratado; indica o servidor que representará, órgão gerenciador; e, prevê sua utilização por órgão ou entidade da Administração, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e expressa autorização do Gerente da Ata, tudo de acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 44/2018, sendo usado subsidiariamente o Decreto nº 7.892/2013.



Assim, cumpridas todas as exigências legais da fase interna, inicia-se a fase externa do certame, com a convocação dos interessados por meio das publicações de estilo.

Ante o exposto, **OPINO** de forma **FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Processo Licitatório nº 35.519/2023-PMM – PREGÃO(SRP) Nº 124/2023-CPL/PMM, cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de óleos lubrificantes, filtros aditivos e graxa, para atender as necessidades oficina da Secretaria Municipal de Agricultura.

É o parecer.

Marabá, 21 de dezembro de 2023.

Quitéria Sá dos Santos
Procuradora Geral do Município - Adjunta
Portaria nº 1126/2018-GP